



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA



[Handwritten signature]

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Época 2023/2024	
		30-06-2024	30-06-2023
ACTIVO			
<i>Activo não corrente</i>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	1 458,07	0,00
Outros investimentos financeiros	10	9 571,40	9 422,77
		11 029,47	9 422,77
<i>Activo corrente</i>			
Clientes	11	231 418,03	254 603,53
Estado e outros entes publicos	16	3 074,30	1 996,40
Outros creditos a receber	12	545 506,61	778 182,66
Diferimentos		250,00	2 386,84
Caixa e depósitos bancários	5	57 898,21	75 714,41
		838 147,15	1 112 883,84
Total do Activo		849 176,62	1 122 306,61
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
<i>Capital Próprio</i>			
Capital Subscrito	13	500 000,00	500 000,00
Outros Instrumentos Capital Proprio	18	6 548 317,97	6 548 317,97
Resultados Transitados	17	-9 775 709,64	-11 142 546,29
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Proprio		25 000,00	25 000,00
Resultado liquido do período		-792 387,90	1 571 280,01
Total do Capital Próprio		-3 494 779,57	-2 497 948,31
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo não corrente</i>			
Fornecedores		170 964,54	193 548,90
Estado e outros entes públicos	16	1 667 776,68	1 830 486,60
Financiamentos Obtidos	14	179 402,44	185 054,58
Outras Dividas a Pagar	15	534 503,90	586 650,62
Total do Passivo não Corrente		2 552 647,56	2 795 740,70
<i>Passivo Corrente</i>			
Fornecedores		79 449,84	0,00
Adiantamento de Clientes		31 875,00	21 875,00
Estado e outros entes públicos	16	373 950,06	239 705,37
Financiamentos Obtidos	14	5 217,36	53 744,12
Outras Dividas a Pagar:	15	1 300 816,37	494 139,73
AAC/OAF (Sócio)		705 307,34	0,00
Outros		595 509,03	494 139,73
Diferimentos		0,00	15 050,00
Total do Passivo Corrente		1 791 308,63	824 514,22
Total do Passivo		4 343 956,19	3 620 254,92
Total do Capital Próprio e do Passivo		849 176,62	1 122 306,61

Coimbra, 2 de Maio de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

[Handwritten signature]

A GERÊNCIA

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF, SDUQ, LDª.



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30-06-2024

(Euro)

RUBRICAS	Notas	2023-2024	2022-2023
ACTIVIDADES DE OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		468 243,94	239 039,20
Pagamentos a Fornecedores		-158 925,36	-26 743,11
Pagamentos ao Pessoal		-254 064,36	-54 835,15
Caixa gerada pelas operações		55 254,22	157 460,94
Outros Recebimentos/Pagamentos		-348 117,50	-51 599,02
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-292 863,28	105 861,92
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Outras operações de financiamento		294 239,71	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-434,78	-15 413,00
Juros e gastos similares		-18 757,85	-112,90
Outras operações de financiamento		0,00	-24 017,74
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		275 047,08	-39 543,64
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-17 816,20	66 318,28
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		75 714,41	9 396,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		57 898,21	75 714,41

Coimbra, 2 de Maio de 2025

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438(OCC)

A GERÊNCIA

Luís Filipe Alves
Gonçalo Moura Chef



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Época 2023/2024	
		2023/2024	2022/2023
Vendas e serviços prestados	21	41 589,78	12 440,23
Subsídios à exploração		97 841,96	59 183,09
Fornecimentos e serviços externos	22	-468 156,53	-346 509,06
Gastos com pessoal	20	-602 842,47	-806 779,97
Imparidades (Perdas/Reversões)		-145 012,23	-28 780,17
Provisões (Aumentos/Reversões)		0,00	22 997,94
Outros rendimentos	24	314 201,84	3 375 790,44
Outros gastos	23	-10 523,47	-564 236,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-772 901,12	1 724 106,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-728,93	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-773 630,05	1 724 106,15
Juros e gastos similares suportados	19	-18 757,85	-152 826,14
Resultado antes de impostos		-792 387,90	1 571 280,01
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-792 387,90	1 571 280,01

Coimbra, 2 de Maio de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional n° 49438 (OCC)

A GERÊNCIA

M.ª M.ª Moreira
Gonçalo Moura



Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N em 30 de Junho de 2024

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital										Total	(Euro)
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros inst. de capital próprio	Premios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes revalorização	Ajustamentos O. V. capital próprio	Resultado líquido período		
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	500 000,00		6 548 317,97				(11 142 546,29)		25 000,00	1 571 280,01	-2 497 948,31	
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00				-204 443,36			0,00	-204 443,36	
7		0,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	-204 443,36	0,00	25 000,00	0,00	-179 443,36	
8	RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO												
9=7+8	RESULTADO INTEGRAL										-792 387,90	-792 387,90	
	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										(792 387,90)	-971 831,26	
	Outras operações			0,00				1 571 280,01			(1 571 280,01)	0,00	
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 571 280,01	0,00	0,00	(1 571 280,01)	0,00	
6+7+8+10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	500 000,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	-9 775 709,64	0,00	25 000,00	-792 387,90	-3 494 779,57	

Coimbra, 2 de Maio de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profesional n° 49438 (OCC)

A Gerência

10/10/10



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF-SDUQ, LD*



Alcobaça

Alcobaça

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N-1 em 30 de Junho de 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Total
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros inst. de capital próprio	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. V. capital próprio	Resultado líquido período	
1		500 000,00						(9 491 330,40)		25 000,00	-1 607 680,17	-10 574 010,57
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-43 535,72		0,00	0,00	-43 535,72
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-43 535,72	0,00	0,00	0,00	-43 535,72
3											1 571 280,01	1 571 280,01
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Outras Operações				6 548 317,97				(1 607 680,17)			1 607 680,17	6 548 317,97
4				6 548 317,97				(1 607 680,17)			1 607 680,17	0,00
6-4+2+3+4		500 000,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	-11 142 546,29	0,00	25 000,00	1 571 280,01	-2 497 948,31

Coimbra, 2 de Maio de 2025

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438 (DCC)

[Signature]

A Gerência

[Signature]
[Signature]

97

atleibad



Handwritten signature over the AAC logo.

RELATÓRIO E CONTAS

Exmo. Sócio Único

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos à vossa apreciação o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 30 de junho de 2024, correspondente à época desportiva 2023/2024.

1 – INTRODUÇÃO

A Associação Académica de Coimbra OAF Sduq, Lda., doravante designada de SDUQ, é uma sociedade unipessoal por quotas que tem origem numa imposição legal, através do Decreto-Lei nº 10/2013, o qual, estabelece a obrigatoriedade da constituição de uma sociedade exclusivamente para a prática desportiva em que intervém o Futebol Profissional e o seu capital é detido em 100% pelo clube que lhe deu origem, a Associação Académica de Coimbra OAF.

À data do encerramento de contas e no seguimento do plano de recuperação aprovado em Março de 2023, estamos a cumprir com a sua implementação.

Nesse sentido, analisando a época desportiva 2023.2024, cumpre-nos apresentar aos sócios a imagem da mesma.

2 – EVOLUÇÃO DAS CONTAS NO PERÍODO EM ANÁLISE - 1.JULHO.2023 a 30.JUNHO.2024

Mantendo os princípios instituídos, no sentido de obter o maior rigor e exactidão na apresentação das Contas do exercício em análise, foram os mesmos respeitados no presente Relatório.

Este Relatório demonstra, de forma fiel, a informação existente na contabilidade e traduz a verdade das contas da época em análise.



O **Activo Líquido**, regista o montante de 849.176,62€, o qual, quando comparado com o da época anterior, regista um decréscimo de cerca de 24,3% e resulta essencialmente do movimento ocorrido na rubrica de Outros Créditos a Receber, provenientes do desreconhecimento de valores contabilizados em épocas anteriores, provenientes de acréscimos resultantes de procedimentos de encerramento de contas, e cujos documentos de suporte foram obtidos ao longo da época em análise.



Quanto ao **Passivo Geral**, temos que o montante de 4.343.956,19€ resulta dos valores líquidos de dívidas a Fornecedores, Financiamentos Obtidos, ao Estado e Outros Entes Públicos, e ainda a Outras Dívidas a Pagar.

Refira-se que o saldo da rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** aquando da elaboração do presente relatório, quer junto da Administração Fiscal quer junto da Segurança Social, se encontra regularizado através de diversos planos de pagamento acordados e diversos pagamentos realizados após a data de 30 de junho de 2024.

A rubrica **"Outras Dívidas a Pagar"** engloba o registo dos acréscimos contabilísticos efetuados no procedimento de encerramento de contas, bem como, incorpora o montante de 705.307,34€ cujo credor é o sócio único AAC/OAF, decorrente dos empréstimos feitos à SDUQ.

3 – RENDIMENTOS E GASTOS

Na Estrutura de Gastos iremos analisar as rubricas expurgando-as dos efeitos associados à elaboração e execução do Plano de Recuperação e outros efeitos extraordinários, como segue:

Na rubrica **Fornecimentos e Serviços Externos** é importante analisar a rubrica Trabalhos Especializados, Honorários e Conservação e Reparação. Na época 2023-2024 há a relevar os seguintes custos:

- a) Elaboração do Plano de Recuperação e Processo de redução de trabalhadores (Honorários): 11.750€
- b) Investimentos em infraestruturas (Trabalhos Especializados, Honorários e Conservação e Reparação): 77.674€, valor que será compensado pelo Sócio Único no decorrer da época 2024-2025
- c) Atletas amadores (Honorários): 76.575€

Expurgando o valor total dos Fornecimentos e Serviços Externos dos três valores acima identificados, o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos cifrou-se em 302.158€ (-13% em termos homólogos).

A rubrica **Gastos com o Pessoal** regista o montante de 602.842€ e incorpora todos os gastos efetivos com Atletas, Treinadores, Pessoal Restante, bem como o pagamento de indemnizações contratuais, salários e outros benefícios decorrentes da legislação em vigor aos

97

Alcubad

trabalhadores abrangidos pelo processo de redução de trabalhadores. A esse respeito devemos quantificar tais indemnizações, as quais, relevam o montante de 62.935€ e os salários e outros benefícios decorrentes da legislação em vigor relevam o montante de 109.716€. Expurgado dos efeitos relacionados com o processo de recuperação os Custos com Pessoal cifraram-se em 430.191€.



Para se poder comparar os Custos com Pessoal entre a época 2022/2023 e 2023/2024 deverá somar-se ao montante de 430.191€ (Gastos com Pessoal) o montante de 76.575€ referente ao valor dos Atletas Amadores (Fornecimentos e Serviços Externos – Honorários), totalizando para efeitos meramente comparativos, 506.766€.

Quanto aos **Gastos de Financiamentos** não se registaram movimentos inerentes a esta rubrica, por estar em curso o plano de recuperação aprovado.

Este exercício fica marcado por um substancial aumento das receitas (+93%) em relação à época 2022-23 (expurgado dos efeitos extraordinários do perdão de dívida e das receitas do Placard referentes a épocas anteriores) com destaque para as receitas referentes à Publicidade (+142%), Bilheteira (+234%) e Subsídios à exploração (+65%).

A rubrica Outros **Rendimentos** regista o montante de 314.202€, e para este montante em muito contribuíram as receitas de publicidade, as quais, ascenderam ao montante de 220.206€, sendo o restante valor obtido através de direitos sobre atletas e Outros rendimentos (mecanismo de solidariedade, Taça de Portugal, rendas e apostas desportivas).

De referir ainda o registo de imparidades no montante de 145.012€ como gasto, situação não recorrente.

O resultado apresentado é fortemente impactado pelas imparidades (145.012€), custos associados ao processo de recuperação (184.401€) e dos Investimentos em Infraestruturas anteriormente referidos (77.674€). Expurgando o resultado líquido destes efeitos extraordinários, obteríamos um resultado líquido negativo no montante de 385.300€.

4 – RESULTADOS

Do acima exposto, resultou um **Resultado Líquido do Período**, após impostos, negativo de 792.387,90€.

5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desde já manifestamos plena disponibilidade para apresentar e debater com o nosso sócio todas as rubricas do presente Relatório e Contas do exercício findo a 30 de junho de 2024, baseado no rigor e total transparência de procedimentos, cujo resultado



final se traduziu num resultado negativo de **792.387,90€** propondo que seja mantido na conta de **Resultados Transitados**.

6 – SITUAÇÃO FACE AO ARTº. 35 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADE COMERCIAIS

Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em 3.494.779,57€, encontra-se em fase de implementação o plano de recuperação aprovado no processo de insolvência apresentado, pelo qual, esperamos vir a inverter esta situação.

7 – EVOLUÇÃO PREVISIVEL

O controlo da despesa tem sido mantido para garantir o cumprimento dos compromissos com os trabalhadores, credores e fornecedores, um princípio que deverá nortear a gestão da AAC-OAF SDUQ.

Deixar uma nota positiva para os vários patrocinadores novos que se têm disponibilizado para apoiar a AAC-OAF e AAC-OAF SDUQ.

8 – NOTA FINAL

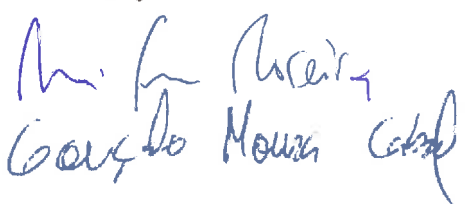
Agradecer a todos os membros dos órgãos sociais, sem exceção, a sua dedicação em prol do clube.

O sócio único vai a eleições no próximo dia 1 de junho pelo que no próximo exercício económico haverá uma nova gerência da AAC-OAF SDUQ Lda a quem desejamos os maiores sucessos.

Finalizamos agradecendo a todos os sócios, adeptos, trabalhadores, parceiros, e patrocinadores a disponibilidade em ajudar e colaborar com a Académica. Todos juntos seremos capazes de garantir que a Académica tem futuro!

Coimbra, 6 de maio de 2025

A Gerência,



Gonçalo Moura



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2024

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, LDA., teve a sua constituição em 21 de Junho de 2013, tendo o início de atividade ocorrido em 01 de Julho de 2013, por imposição legal através do Decreto-Lei nº 10/2013 e tem como sócio único o clube fundador a Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, é uma pessoa coletiva de direito privado, dura por tempo indeterminado e tem a sua sede na Rua Infanta D. Maria, nº 23, em Coimbra.

A Entidade dedica-se ao exercício de Atividades dos Clubes Desportivos – Futebol Profissional, com o CAE nº 93120

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Dec. Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 – Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2013 na data da sua constituição.



4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

4.2 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta e de acordo com o seu período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3
Outros ativos fixos tangíveis	8

4.3 – ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de propriedade sobre os passes de jogadores, acrescidos de prémios de assinatura de contrato e respetivos encargos patronais, bem como, dos montantes pagos a intermediários pela celebração dos respetivos contratos, e estão refletidos no balanço ao custo de aquisição.

Dada a especificidade de cada um dos ativos contabilizados, optou-se por efetuar amortizações anuais de acordo com a duração de cada contrato, pelo que as taxas aplicadas variam consoante o tempo em que vigorar cada um dos contratos.

4.4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu custo amortizado. Sempre que há lugar a imparidade destas contas, as mesmas são estabelecidas quando se verifica evidência objetiva da impossibilidade de recebimento da totalidade dos montantes em dívida, sendo a mesma reconhecida na demonstração de resultados.



4.5 – EMPRESTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que os custos líquidos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando a taxa efetiva. Estes empréstimos estão classificados como passivo corrente e não corrente, consoante a exigibilidade de liquidação for ou não superior a 12 meses.

4.6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (IRC) à taxa de 21%. É ainda aplicada uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como são tributados autonomamente os encargos previstos no art. 88^a. do Código do IRC, às taxas também aí regulamentadas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos podem ser alargados ou suspensos.

A Sociedade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

4.7 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a existência e dimensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor das unidades geradoras de caixa a que esse ativo pertence.

4.8 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o pressuposto do acréscimo, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor não seja conhecido são estimados.

4.9 - RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

4.10 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



4.11 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As entradas e saídas de meios monetários, as suas origens e destinos, ocorridas durante o período de relato, estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa não havendo qualquer limitação ao seu uso nem interferência com entidades relacionadas que alterassem o seu controlo ou a sua disponibilidade.

O caixa e seus equivalentes, incluem caixa e depósitos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

O valor inscrito no Balanço é constituído por dinheiro e depósitos bancários e é imediatamente realizável e sem risco de flutuações de valor, conforme se demonstra:

	2022-2023	2023-2024
Caixa	6912	0
Depósitos à ordem	68797	57893
Outros Depósitos Bancários	5	5
Total Balanço	75714	57898
Descobertos bancários	-53744	0

6 – ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2024, foram registados valores na conta resultados transitados por respeitarem a épocas anteriores, os quais decorrem de documentos não considerados na especialização efetuada em exercícios anteriores as quais podem ser analisadas pelo mapa seguinte:

DF 2022/2023	Valor aprovado	Ajustamentos	Valor Final
Balanço:			
Resultado Líquido do Exercício	1 601 270,58	-29 990,57	1 571 280,01
Outras contas a pagar	464 149,16	29 990,57	494 139,73

Demonstração de Resultados:

FSE	-316 683	-29 826	-346 509,06
Gastos c/ Pessoal	-806 654	-126	-806 779,97
Outros Gastos	-564 197	-39	-564 236,35

7- Partes Relacionadas

Como referido a entidade é participada por outra pessoa coletiva, a AAC-OAF que detém 100,00 % do capital.

7.1 Remuneração do pessoal chave da gestão:

Ao longo da época que terminou em 30.06.2024 os membros da direção não receberam qualquer tipo de remuneração nem tiveram outros benefícios equiparados.

7.2 Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes:

As transações entre a Entidade e Entidade relacionada ocorridas durante a época de 2023/2024, e os saldos registados em 30 de junho de 2024, são apresentados nos quadros que se seguem:

SALDOS PENDENTES	Empresa-Mãe	2022-2023	2023-2024
Conta de acionistas/sócios	Saldo Credor	0	705 307

VALOR DAS TRANSAÇÕES	Empresa-Mãe	2022-2023	2023-2024
Rendas e alugueres		60 000	60 000
Outras operações		640 518	645 307

Devemos referir ainda que com base num contrato estabelecido entre as partes, o qual, contempla a utilização por parte da SDUQ dos equipamentos desportivos, administrativos, médicos e viaturas do Clube, foi acordado o pagamento do montante de 60.000,00 para a época em causa, o qual, já se encontra considerado nos gastos deste exercício e relevado em acréscimos de gastos.

8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis podem ser analisados pelo mapa que se segue:

Em 30 de Junho de 2023, o movimento pode ser analisado pelo mapa que se segue:



Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros	TOTAL
Valor bruto no início	0	0	0	0	2 866	1 978	4 844
Depreciações acumuladas	0	0	0	0	2 866	1 978	4 844
Saldo no início do período	0	0	0	0	0	0	0
Total de aumentos	0	0	0	0	0	0	0
Total de diminuições	0	0	0	0	0	0	0
Depreciações do período	0	0	0		0	0	0
Outras transferências						0	0
Saldo no fim do período	0	0	0	0	0	0	0

Em 30 de Junho de 2024, podem ser analisados os movimentos ocorridos pelo mapa que se segue:



Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros	TOTAL
Valor bruto no início	0	0	0	0	2 866	1 978	4 844
Depreciações acumuladas	0	0	0	0	2 866	1 978	4 844
Saldo no início do período	0	0	0	0	0	0	0
Total de aumentos	0	0	0	0	0	2 187	2 187
Total de diminuições	0	0	0	0	0	0	0
Depreciações do período	0	0	0		0	729	729
Outras transferências						0	0
Saldo no fim do período	0	0	0	0	0	1 458	1 458

9 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos por aplicação do princípio da especialização dos exercícios. Durante o período não foi capitalizada qualquer importância em ativos relativa a custos de empréstimos obtidos

10 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A empresa detém em 30-06-2024, uma participação na Caixa Agrícola contabilizada pelo método do custo no montante de 500,00 €, sendo que esta participação também era detida em 30-06-2023.

Em 30-06-2024 e 30-06-2023 a empresa detinha unidades de participação no “Fundo de Compensação do Trabalho”, valorizadas ao justo valor por € 9.071,40€ e 8.922,77€, respetivamente. De referir ainda que no exercício não foi efetuada a entrega ao Fundo do montante de 148,63€, a que a entidade estava obrigada.

11 – CLIENTES

Em 30 de Junho de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte decomposição:

Clientes	2022-2023	2023-2024
Clientes c/c	256 404	231 418
Clientes c/ títulos a pagar	0	0
Clientes cobrança duvidosa	1.813.652	1.836.474
Imparidades de clientes	-1.813.652	-1.836.474
Totais	256 404	231 418

12 – OUTROS CREDITOS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2024 e 2023 os montantes reconhecidos na rubrica “Outros Créditos a Receber” decompunham-se da seguinte forma:

Outras Contas a Receber	2022-2023	2023-2024
Acréscimo de Proventos	32 361	96 091
Outros devedores	880 972	751 968
Saldos devedores fornecedores	118 936	49 653
Adiantamentos ao pessoal	0	17 930
Acionistas (Sócios)	0	0
Imparidades de outros devedores	-254 086	-370 135
	778 183	545 507

No período findo em 30 de Junho de 2023 foram registadas imparidades no montante de 28.780,17€ e no período findo em 30 de Junho de 2024 foram reconhecidos 122.299,26€ de imparidades na Demonstração de Resultados, relacionadas com esta rubrica.

13 – CAPITAL

O capital social no montante de 500.000,00, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

14 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos podem ser analisados pelo mapa que se segue, respeitam a financiamentos e saldos bancários, e estão integralmente valorizados em euros e vencem juros a taxas de mercado.

Corrente	2022-2023	2023-2024
Empréstimos bancários	0	5 217
Descobertos bancários	53 744	0
Outros Financiamentos	0	0
Totais	53 744	5 217
Não Corrente	2021-2022	2022-2023
Empréstimos bancários	60 000	54 348
Outros Financiamentos	125 055	125 055
Totais	185 055	179 403

15 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2024 e 2023 o detalhe das importâncias reconhecidas em “Outras Dívidas a Pagar” era o seguinte:

Corrente	2022-2023	2023-2024
Pessoal	0	77 331
Fornec. Investimentos	11 956	14 646
Acréscimos de gastos	219 262	162 068
Acionistas (Sócios)	0	705 307
Outros credores	232 931	341 463
Totais	464 149	1 300 816
Não Corrente	2022-2023	2023-2024
Acréscimos de gastos	586 651	534 504
Totais	0	534 504

16 – ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

O movimento ocorrido nesta rubrica pode ser analisado pelo quadro que se segue:

Estado e Outros Entes Públicos	2022-2023	2023-2024
Ativo		
IRC - Pagamento Especial por conta	-1 777	-1 777
IVA a recuperar	-219	-1 297
Totais	-1 996	-3 074
Passivo		
Corrente		
IRS - Trabalho dependente/independente	131 974	171 489
IVA	6 582	7 489
Segurança Social	93 891	187 552
Fundo compensação	7 258	7 419
Totais	239 705	373 950
Não Corrente		
Autoridade Tributária	1 232 234	1 122 702
Segurança Social	598 253	545 075
Totais	1 830 487	1 667 777

17 – RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 podem ser analisados como se segue:

Resultados Transitados	2022-2023	2023-2024
Saldo Inicial	-9 436 750	-11 142 546
Aplicação Resultados	-1 607 680	1 601 271
Regularizações/Ajustamentos exercícios anteriores	-98 116	-234 434
Totais	-11 142 546	-9 775 710

18 – OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nesta rubrica teve origem na época 2022/2023, na transformação do saldo credor do sócio único em prestações suplementares de capital, já que, face ao processo de insolvência e respetivo plano de recuperação, este valor não é reconhecido.

19 – GASTOS DE FINANCIAMENTO LIQUIDOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2024 e 2023 podem ser analisados como se segue:

Gastos Financeiros	2022-2023	2023-2024
Juros e gastos similares suportados	8 663	2
Juros de mora	137 953	18 755
Outros Juros	6 210	1
Totais	152 826,17	18 758

20 – GASTOS COM O PESSOAL

Em 30 de Junho de 2024 e 2023 a repartição dos gastos com o pessoal foi a seguinte:

Gastos com Pessoal	2022-2023	2023-2024
Salários	614 985	404 049
Contribuições	115 632	71 845
Outros	76 037	126 949
Totais	806 654	602 842

O número médio de empregados ao serviço da empresa, no exercício, foi de:

Atletas e Equipa técnica	18
Restantes	7
Total	25

21 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Esta rubrica pode ser analisada pelo mapa que se segue:

	2022-2023	2023-2024
Bilhetes de Jogo	11 590	39 085
Prestações de Serviços	850	2 505
Totais	12 440	41 590

22 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os movimentos da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” tiveram a seguinte decomposição:

Rubricas	2022-2023	2023-2024
Trabalhos especializados	29 643	65 247
Publicidade e propaganda	250	6 300
Vigilância e segurança	37 490	50 674
Honorários	23 170	123 388
Comissões	259	1 351
Conservação e reparação	215	33 823
Outros	5 429	1 802
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	29	68
Material de escritório	381	31
Combustíveis	549	0
Deslocações e estadas	95 758	65 285
Rendas e alugueres	111 605	87 661
Comunicação	212	377
Seguros	1 889	4 374
Contencioso e notariado	14 469	0
Limpeza, higiene e conforto	3 468	5 429
Outros	21 691	22 347
Totais	346 509	468 157

23 – OUTROS GASTOS

O movimento ocorrido nesta rubrica pode ser analisado no quadro que se segue:

Outros Gastos	2022-2023	2023-2024
Impostos e taxas	2 443	2 540
Outros Gastos e Perdas	559 390	7 984
Outros	2 364	0
Totais	564 197	10 523

24 – OUTROS RENDIMENTOS

Em 30 de Junho de 2024 e 2023 a composição dos outros rendimentos foi a seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2022-2023	2023-2024
Publicidade	90 715	220 206
Alienações e Direitos desportivos	35 745	20 400
Ganhos em perdão de dívida	2 710 737	0
Outros	538 593	73 596
Totais	3 375 790	314 202

25 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

25.1 – Existe a responsabilidade solidária perante os credores da AAC/OAF, conforme disposto no nº 4 do artº. 22º do DL 10/2013 e pelas dividas fiscais e à segurança social referentes ao período anterior à reorganização e até ao limite dos ativos que tenham sido transferidos, de acordo com o artº. 7º da Lei 103/97.

25.2 – Os Honorários do Revisor Oficial de Contas são respeitantes exclusivamente à revisão das contas anuais e, importaram na época 2022/2023 em 2.400,00 e na época 2023/2024 em 2.400,00.

25.3 – Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em 3.494.779,57€, situação que se tem vindo a agravar sucessivamente, e encontrando-se esgotado o modelo de financiamento previsto nos estatutos, a gerência deliberou a apresentação do sócio único à insolvência. Encontra-se em curso nesta data o plano de recuperação da SDUQ.

25.4 – Existe um ativo por doação, mais concretamente, um autocarro doado pela empresa BE CLAW, Lda., que não se encontra refletido nas contas apresentadas, face, à dificuldade de obter valores de mercado, já que, o mesmo não se encontra em condições de ser utilizado, em virtude das reparações de que necessita, encontrando-se a entidade a aguardar receção de orçamento dos trabalhos a executar, com vista à sua viabilização e, posterior integração no património da entidade.

25.5 – À data de 30 de Junho de 2024 os valores em dívida à AT e Segurança Social, encontravam-se no âmbito do processo de recuperação, integrados em plano de pagamento.

26 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

À data encontra-se ainda a decorrer e sem decisão final, o plano de recuperação do sócio único.



27. Outras informações

27.1 - A gerência apresenta no seu relatório de gestão a seguinte proposta de aplicação de resultados negativos em 792.387,90€.

- Que sejam mantidos na conta de Resultados Transitados, para cobertura de prejuízos.

28- Autorização de emissão das DF's:

As contas foram aprovadas pela gerência no dia 7 de Maio de 2025.

Coimbra, 7 de Maio de 2025

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº. 49438 (OCC)

António Amaral

A GERÊNCIA

Luís Moura
Gerente Moura cda



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, (a Entidade), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 849.177 euros e um total de capital próprio negativo de 3.494.780 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 792.388 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 da secção “Bases para a opinião com reservas” e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 4 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Por não terem sido obtidos os respetivos documentos de suporte, não se encontram refletidos na contabilidade movimentos bancários de saída no montante de 35,6 milhares de euros e de entrada no montante de 3,3 milhares de euros, e encontram-se em contas a regularizar valores a débito de 61,3 milhares de euros e a crédito de 56,5 milhares de euros. Pelo mesmo motivo, desconhecem-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
2. Por nem todos os rendimentos de publicidade se encontrarem suportados por contrato escrito, não nos foi possível fazer a correspondência entre os rendimentos escriturados e os valores que eventualmente constam ou deveriam constar dos mesmos.
3. Os procedimentos de auditoria planeados foram limitados pelo facto de não terem sido obtidas diversas respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos. Não foi possível efetuar procedimentos alternativos conclusivos relativos a saldos nos montantes de 119, 249 e 242 milhares de euros, incluídos nas rubricas de Fornecedores, Outros créditos a receber e Outras dívidas a



pagar, respetivamente, pelo que não nos podemos pronunciar quanto a eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários.

4. A sociedade apresenta no ativo valores na rubrica de clientes no montante de 0,2 milhares de euros e de outras contas a receber no montante de 160,2 milhares de euros que revelam indícios de imparidade, a qual não foi reconhecida.

Em consequência, o ativo e o capital próprio encontram-se sobrevalorizados em 160,4 milhares de euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião expressa na secção "Opinião com reservas" acima, chamamos a atenção para os pontos 1 e 6 do Relatório de Gestão e nota 25.3 do Anexo às demonstrações financeiras onde a Gerência refere a debilidade da situação líquida apresentada pelas demonstrações financeiras e o plano de recuperação em curso, após apresentação da Entidade à insolvência.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas



conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 4 da secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 08 de maio de 2025

representada por

Sousa Leal
ROC 616



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmo. Sócio e

Exma. Gerência da

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.

Exm^{os}. Senhores,

O presente relatório destina-se à Gerência da **ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.** (a Entidade) em resultado do trabalho que realizámos no âmbito da nossa auditoria destinada à Certificação Legal das Contas dessa Entidade relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2024.

Este documento não substitui os documentos oficiais de fiscalização e certificação das contas, destinando-se apenas a providenciar a VV. Ex.^{as} informação adicional sobre o trabalho que desenvolvemos, principais conclusões obtidas e apresentação de recomendações que possam contribuir para a melhoria da qualidade da vossa informação financeira.

Na presente data emitimos também o documento de Certificação Legal das Contas.

I – Procedimentos de Auditoria

1. A nossa auditoria foi desenvolvida ao longo de todo exercício económico com base na leitura em Gabinete das atas da Assembleia Geral e tratamento analítico sistemático dos balancetes trimestrais da sociedade, com o objetivo de acompanhar a evolução da sua atividade e o grau de realização dos direitos e obrigações e identificar saldos e transações que pela sua natureza e/ou montante devessem merecer atenção especial da auditoria;
2. Quando considerámos adequado, solicitámos e obtivemos da Gerência e dos Serviços as informações necessárias ao esclarecimento de diversas questões suscitadas nos nossos exames e, durante o exercício, além de visitas casuísticas para tratamento de temas específicos, realizámos duas ações de trabalho de campo de âmbito geral nas quais realizámos testes e procedimentos substantivos destinados a documentar o nosso trabalho e obter prova interna de suporte às nossas conclusões.
3. O nosso trabalho de campo incluiu:
 - 3.1. Entrevistas com os principais responsáveis e realização de testes de conformidade para confirmação das respostas obtidas, com o objetivo de



avaliar o Sistema de Controlo Interno (SCI) implementado na Entidade, o qual não se encontra formalizado em documento escrito;

- 3.2. Testes de conformidade ao sistema informático, para confirmação de que os diversos módulos (imobilizado, salários e comercial) registam de forma apropriada e integral as operações efetuadas e que os seus outputs são adequadamente vertidos no software central de contabilidade;
- 3.3. Análise da documentação de suporte às compras e confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e de eventuais ónus ou encargos incidentes sobre estes bens; Inspeção física dos bens de valor mais significativo constantes do ficheiro de ativos fixos;
- 3.4. Análise e testes dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- 3.5. Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;
- 3.6. Análise das estimativas contabilísticas efetuadas pela Entidade, nomeadamente as referentes às depreciações e amortizações do Ativo Fixo, aos encargos a pagar ao Pessoal, a Imparidades e Contingências e a outros Acréscimos e Diferimentos;
- 3.7. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- 3.8. Confirmação do adequado tratamento contabilístico dos impostos diferidos;
4. No período de encerramento das contas, além da confirmação das responsabilidades bancárias a 100%, e da obtenção de prova externa das relações e operações realizadas com um banco, procedemos à circularização da seguinte amostra dos saldos das contas monetárias a receber e a pagar, cujas respostas conciliámos com os registos contabilísticos: Seguradoras: 100%; Clientes: 91% dos saldos (cobrindo 48% dos clientes); Fornecedores: 62% dos saldos (cobrindo 18% dos fornecedores); Outros financiadores: 100% dos saldos e Outros devedores e Credores: 17% dos terceiros.

Nos casos em que não obtivemos resposta, realizámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

5. Ainda para confirmação das conclusões obtidas na prova interna solicitámos e obtivemos,
 - 5.1. Da Autoridade tributária e da Segurança Social, declarações de que a Entidade apresenta naquelas instituições a sua situação regularizada;
 - 5.2. Dos advogados que identificámos nas contas da Entidade, relação dos processos sob seu patrocínio que possam constituir direitos, responsabilidades ou



contingências que não tivessem sido por nós identificadas, bem como honorários em dívida;

5.3. Da Gerência da Entidade, a Declaração do Órgão de Gestão prevista na ISA 580.

6. Por fim, procedemos

6.1. à verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

6.2. à apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo e

6.3. à apreciação do relatório de gestão incluindo a proposta de aplicação dos resultados apresentados pela Gerência, o qual satisfaz os requisitos legais e verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;

II – Conclusões e recomendações

Em consequência do trabalho efetuado, e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de relatório com reservas e com incerteza relacionada com a continuidade, entendemos dever deixar as seguintes notas à ponderação dos responsáveis:

1. Foram identificados saldos ativos de terceiros com indícios de imparidade no montante total de 160,4 m€;
2. Por nem todos os rendimentos de publicidade se encontrarem suportados por contrato escrito, não nos foi possível fazer a correspondência entre os rendimentos escriturados e os valores que eventualmente constam ou deveriam constar dos mesmos.
3. Pelas n/ cartas de recomendações foram comunicadas à Gerência algumas insuficiências de registo, arquivo e controlo interno (Dossier fiscal, Declarações de IVA, dedução indevida de IVA e bilhética) das quais podem advir encargos para a entidade;
4. Foram registados vários movimentos financeiros de entrada e de saída tendo apenas como documento suporte cópia do extrato bancário com a identificação dos terceiros;
5. Foram identificados movimentos em bancos por contabilizar de entrada no valor de 3,3 m€ e de saída no montante de 35,6 m€ desconhecendo-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
6. Mantem-se em contas a receber e a pagar valores “a regularizar” em contas 278 com saldos devedores de 61,3 m€ e saldos credores de 56,5 m€. Estando por analisar e contabilizar em conta firme, desconhecendo-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.



Leal & Associado
SROC, Lda

Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, LDA -Relatório Conclusões

Na expectativa de que o presente relatório seja aceite como um contributo para a melhoria da v/ organização reiteramos o nosso agradecimento pela atenção e colaboração que nos tem sido dispensada.

Coimbra, 08 de maio de 2025

representada por

Sousa Leal
ROC 616